

Sarney só admite reforma

Economia - Brasil

O GLOBO Segunda-feira, 25/11/85

ECONOMIA **513**

se o Congresso aprovar

BRASILIA — O Ministro da Fazenda, Dilson Funaro, espera apenas "um sinal verde" das lideranças da Aliança Democrática para enviar ao Congresso o "pacote" ou "elenco de medidas harmônicas" para o ajuste econômico do País, com o qual o Governo espera reduzir, senão zerar, o déficit público estimado em Cr\$ 211 trilhões.

O pacote, que entra em vigor a partir de dois de janeiro, terá que, necessariamente, ser aprovado pelo Congresso nestes oito últimos dias da atual legislatura. O Presidente José Sarney não quer, em hipótese alguma, que as medidas propostas por Funaro sejam colocadas em prática sem a concordância do Congresso.

Funaro passou o fim-de-semana nos Estados Unidos para, segundo ele, discutir com o Secretário do Tesouro norte-americano, James Backer III, o plano de ajuda aos países credores, com recursos da ordem de US\$ 29 bilhões. *DANIEL PAR.*

(US\$ 20 bilhões dos bancos credores e US\$ 9 bilhões de instituições financeiras oficiais, como o Banco Mundial). Tão logo retorne ao Brasil, hoje à noite, Funaro terá uma reunião com os líderes da Aliança Democrática para definir a tramitação do pacote no Congresso.

O pacote prevê um excesso na arrecadação tributária de Cr\$ 50 trilhões. A receita com o Imposto de Renda da pessoa física, contudo, não será elevada, conforme já salientou o Ministro. Haverá apenas uma mudança na forma de tributação, aumentando o imposto para os que ganham muito (provavelmente acima de Cr\$ 30 milhões ou 50 salários mínimos). Espera-se também um ganho financeiro com a instituição da declaração do Imposto de Renda Semestral para 3,8 mil empresas que tenham um lucro financeiro acima de sua despesa financeira.

O Governo espera uma economia em torno de Cr\$ 20 trilhões com a redução das taxas de juros para níveis entre 16 a 14 por cento, diminuindo a sua despesa financeira, Cr\$ 10 trilhões com a venda de ações das empresas estatais, dentro de um programa de desestatização; Cr\$ 12 trilhões com aumentos superiores à inflação das tarifas dos serviços públicos; e uma arrecadação tributária adicional estabelecida pela retomada do crescimento econômico e cortes de custeio nas despesas públicas de Cr\$ 49 trilhões.

